

A relevância e os cenários da supervisão pedagógica frente ao ensino híbrido no contexto pandêmico da COVID-19 no Tocantins

The relevance and scenarios of pedagogical supervision in the face of hybrid teaching in the COVID-19 pandemic context in Tocantins

La relevancia y escenarios de la supervisión pedagógica frente a la enseñanza híbrida en el contexto de la pandemia COVID-19 en Tocantins

Recebido: 25/09/2021 | Revisado: 30/09/2021 | Aceito: 30/09/2021 | Publicado: 01/10/2021

Edineide Paslandim Neto de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5078-4147>

Faculdade Única, Brasil

E-mail: neidetocantins@gmail.com

Philippe Lira de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4778-4274>

Polícia Militar do Estado do Tocantins, Brasil

E-mail: lirapmto@gmail.com

Lêda Lira Costa Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2701-2848>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: ledalira.costa@yahoo.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi verificar, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, a atuação do supervisor pedagógico durante o ensino remoto no período da pandemia da COVID-19. Ademais foi utilizada na metodologia a pesquisa descritiva e exploratória, método dedutivo e realizada uma abordagem qualitativa. Num primeiro momento procura-se descrever sobre o perfil desse profissional e de que forma atua no atendimento à proposta de ensino, planejamento dos professores vinculados à aprendizagem significativa dos estudantes. No segundo momento, será analisada a Proposta de Ensino Híbrido da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins na perspectiva que envolve as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como ferramentas metodológicas para o avanço da educação, colaborando para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. Os resultados da pesquisa apontam que, nesse processo de pandemia, a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) implementou políticas públicas, através do Plano de retomada das atividades escolares presenciais-ensino híbrido, para nortear e fortalecer o trabalho docente, por meio do apoio técnico da supervisão pedagógica, com vistas a acolher e motivar a equipe, articular junto às famílias um novo fazer educacional, onde de fato, todos se envolvem para o sucesso dos estudantes. Por fim, a atuação do supervisor faz a diferença para uma educação dialógica baseada na relação do diálogo e da participação.

Palavras-chave: Supervisão pedagógica; Ensino híbrido; Pandemia; Tocantins.

Abstract

The objective of this work was to verify, through a bibliographical and documentary research, the role of the pedagogical supervisor during remote teaching during the period of the COVID-19 pandemic. Furthermore, descriptive and exploratory research, deductive method and a qualitative approach were used in the methodology. At first, it seeks to describe the profile of this professional and how he/she acts in meeting the teaching proposal, planning of teachers linked to meaningful student learning. In the second moment, the Hybrid Teaching Proposal of the State Education Network of the State of Tocantins will be analyzed in the perspective that involves Information and Communication Technologies (ICTs), as methodological tools for the advancement of education, contributing to access, permanence and student success at school. The survey results show that, in this pandemic process, the State Secretariat for Education, Youth and Sports (Seduc) implemented public policies, through the Plan for the resumption of classroom activities-hybrid teaching, to guide and strengthen the teaching work, through the technical support of the pedagogical supervision, with a view to welcoming and motivating the team, articulating with the families a new educational process, where, in fact, everyone is involved for the success of the students. Finally, the supervisor's role makes the difference for a dialogic education based on the relationship of dialogue and participation.

Keywords: Pedagogical supervision; Hybrid teaching; Pandemic; Tocantins.

Resumen

El objetivo de este trabajo fue verificar, a través de una investigación bibliográfica y documental, el rol del supervisor pedagógico durante la enseñanza a distancia durante el período de la pandemia COVID-19. Además, en la metodología se utilizó investigación descriptiva y exploratoria, método deductivo y enfoque cualitativo. En un primer momento, se busca describir el perfil de este profesional y cómo trabaja en el cumplimiento de la propuesta docente, planificando docentes vinculados al aprendizaje significativo de los estudiantes. En un segundo momento, se analizará la Propuesta Docente Híbrida de la Red Estatal de Educación del Estado de Tocantins en la perspectiva que involucra las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), como herramientas metodológicas para el avance de la educación, contribuyendo al acceso, permanencia y éxito de los estudiantes en la escuela. Los resultados de la investigación muestran que, en este proceso pandémico, la Secretaría de Estado de Educación, Juventud y Deportes (Seduc) implementó políticas públicas, a través del Plan de reanudación de las actividades de aula-docencia híbrida, para orientar y fortalecer la labor docente, a través de la apoyo técnico de la supervisión pedagógica, con miras a acoger y motivar al equipo, articulando con las familias un nuevo proceso educativo, donde, de hecho, todos estén involucrados para el éxito de los estudiantes. Finalmente, el rol del supervisor marca la diferencia para una educación dialógica basada en la relación de diálogo y participación.

Palabras clave: Supervisión pedagógica; Enseñanza híbrida; Pandemia; Tocantins.

1. Introdução

O espaço escolar tem vivenciado fortes mudanças, como a expansão da informação, o avanço das tecnologias e a crescente globalização de mercados. Tudo isso afeta de forma significativa a escola, entretanto, nada foi tão estarrecedor e urgente, quanto à crise sanitária em decorrência da infecção humana pelo novo Corona vírus (COVID-19).

Segundo a Lei nº 13.979, de 06/02/2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS, considerando a pandemia, em 11/03/2020, foram estabelecidas medidas de saúde pública para diminuição da transmissão da doença infecciosa em relação à COVID-19: proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento (Brasil, 2020a).

Nesse cenário pandêmico, a escola teve que replanejar sua prática. O que corroborou para mudança global de todos os setores e funções da escola, principalmente, a forma de ensinar e de aprender, o apoio técnico da supervisão pedagógica, e à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) frente à nova perspectiva de ensino e aprendizagem.

O trabalho do supervisor pedagógico, conforme Rodrigues (2018, p.3), “é reconhecido como ação de suporte para o professor na prática, potencializa seu trabalho de forma a conectar-se efetivamente com o contexto escolar”. O que configura, nesse movimento histórico grandes desafios para a atuação desse profissional.

O desafio para atuar frente às transformações científicas e tecnológicas leva o supervisor à necessidade de discussão ética valorativa da sociedade trazendo para o contexto escolar a tarefa de instrumentalizar os docentes e estudantes para participarem, das relações sociais e políticas. Para isso acontecer, é preciso motivar e envolver a equipe escolar em um clima de diálogo, que favoreça o crescimento profissional dos atores envolvidos (professores, estudantes e a família) com o processo educacional da escola.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados livros e artigos científicos. E ainda é uma pesquisa documental, descritiva e exploratória e ainda se utilizou de uma análise qualitativa.

Em um primeiro momento, será feita uma breve reflexão acerca da relevância do papel da supervisão pedagógica; e, em um segundo momento, de atuação desse profissional frente à Proposta de Ensino Híbrido da Rede Estadual de Ensino do Tocantins (Tocantins, 2021a), durante a pandemia (2020 a 2021). E de que forma o Plano de Retomada das atividades escolares presenciais – ensino híbrido corroboraram para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes na escola.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo quanto aos objetivos foi a descritiva e a exploratória, as quais conforme Fontana (2018) possibilitaram descrever as características de determinada população, bem como informações prévias atinentes ao assunto.

Ademais, a pesquisa teve como método dedutivo, uma vez que partiu de uma constatação geral para caso em particulares, ou seja, de assuntos amplos para assuntos específicos para se obter uma conclusão no tocante à pesquisa (Mazucato, 2018).

Além disso, este trabalho científico foi realizado por meio de procedimentos bibliográficos e documentais, nos quais foram utilizados livros e artigos científicos (Fontana, 2018), bem como o manuseio de documentos públicos e normas sobre a temática (Mazucato, 2018).

Por fim, no presente trabalho foi realizada uma abordagem qualitativa, visto que se utilizou de interpretações de normas relativas à temática.

3. Resultados e Discursões

3.1 A Supervisão Pedagógica: perfil, atuação e compromisso com a educação

A escola é um espaço dinâmico que abarca diferentes aprendizagens. Esse espaço educativo que também é um espaço coletivo, segundo Luz e Mello (2011, p. 2 -3) “deve ser sempre analisado, avaliado em seus resultados e, após a devida discussão cabe à gestão pedagógica tomar decisões e planejar novas ações”. Desse modo, a supervisão pedagógica tem nesse espaço, a realização e desempenho de sua função, o que permite avançar e a depender dos resultados, ressignificar sua prática.

A supervisão pedagógica constitui-se um agente de mudanças no processo da qualidade do ensino e na formação de professores no contexto educacional e social, por isso esse profissional não pode ficar alheio a essa dinâmica, principalmente ao trabalho coletivo, que envolve os atores sociais do espaço escolar: docentes, estudantes, a escola como instituição, as famílias, o contexto social e normas vigentes.

Uma função tão relevante inspira o conhecimento de sua origem. Conforme o site de etimologia Origem da Palavra (2021), a palavra supervisão vem do latim e é formada por dois vocábulos *super* (sobre) e *visão* (ação de ver). Logo, a ação de supervisionar requer uma visão apurada de todo o contexto pedagógico. Entretanto, Lima; Santos e Silva (2012) apontam que a atuação da supervisão era mais administrativa, burocrática, disciplinar e acompanhamento do trabalho buscando maximizar os resultados, com a utilização de mão-de-obra técnica qualificada.

Além dessa atuação mais “administrativa, burocrática e disciplinar”, Placco; Almeida e Souza (2011) relembram que no contexto da promulgação da Lei 5.692/1971 pelos militares, o supervisor escolar surge com funções diferenciadas:

A maioria dos estados, em decorrência da promulgação da Lei 5.692/1971 (que instituiu a Reforma de Ensino de 1º. e 2º. Graus), passou a estabelecer funções no quadro do magistério comprometidas com a ação supervisora, tanto em nível de sistema, como de unidade escolar, com diferentes denominações: supervisor escolar, pedagogo, orientador pedagógico, professor coordenador, os profissionais da educação encontrava um novo espaço de trabalho (Placco; Almeida & Souza, 2011, p. 239).

A referida Lei 5.692/71 estabeleceu funções no quadro do magistério, apontando o coordenador pedagógico, com atuação para a supervisão e também orientação. Sua atuação está voltada “à liderança do Projeto Político Pedagógico (PPP), com funções administrativas de assessoramento da direção e atividades relativas ao funcionamento pedagógico da escola e a de fornecer a formação contínua aos professores” (Placco; Almeida & Souza, 2011, p. 240).

Com a redemocratização da educação, a partir da Constituição Federal de 1988 e com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, a referida Lei estabeleceu avanços para o coordenador pedagógico, no que tange à garantia de um modelo de gestão pedagógica, ao apontar no Art. 64, os critérios básicos para a função:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

A mesma Lei, Art. 67, parágrafo único, estabelece que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino” (Brasil, 1996). Observa-se que, esse pré-requisito realinha a função da supervisão à experiência docente.

No entanto, o conceito de supervisão vem sofrendo constantes mudanças e evolução. À luz do pensamento de Nérici (1986), as autoras Silva e Araújo (2016, p. 129) apontam três fases distintas para a função:

- ✓ A primeira fase foi a Fiscalizadora: fase em que a supervisão era entendida como Inspeção Escolar e estava voltada para o cumprimento das leis de ensino. (...) Nesta fase, o inspetor não levava em consideração as diferenças individuais de cada educando, sua função estava centrada para as questões de ordem burocráticas.
- ✓ A segunda fase foi a Construtiva: fase esta, em que a supervisão era compreendida como Supervisão Orientadora e reconhecia a necessidade de melhorar a atuação dos docentes. Dessa maneira, os inspetores passaram a promover para os professores cursos de atualização e aperfeiçoamento.
- ✓ A terceira fase é a Criativa: a atual, onde a supervisão se desliga do conceito de Inspeção Escolar e passa a ser uma atividade de assistência ao trabalho do professor, preocupada com o pleno desenvolvimento do ensino-aprendizagem do educando. Este tipo de supervisão estimula e orienta as ações educativas de forma democrática e participativa. É uma atividade cooperativa, ou seja, envolve a participação de todos implicados no processo educativo, em especial os professores.

Trata-se de uma transformação histórica e política voltada à gestão pedagógica, pois se esta anteriormente atuava como controle e inspeção; atualmente, a Supervisão Pedagógica está vinculada à promoção ativa da qualidade do ensino e da aprendizagem, pois se refere à orientação metodológica, reflexiva, e acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes, assegurando os objetivos propostos pela educação e assegurados na Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei N° 9394 (Brasil, 1996) e Plano Nacional de Educação – Lei N° 13.005 (Brasil, 2014).

Considerando a complexidade do trabalho da supervisão, é necessário que o supervisor tenha organização, responsabilidade e competência técnica. Silva e Araújo (2016) destacam o estudo de Nérici (1986) e apresentam três etapas para que o ato de supervisionar seja realmente eficaz.

- ✓ A primeira etapa é o planejamento, que diz respeito ao que fazer e como fazer. O planejamento representa o roteiro do que se pretende fazer a curto, médio e longo prazo. Deve ser objetivo e flexível. Objetivo no sentido de alcançar aquilo que foi planejado, e flexível de modo a ajustar as novas necessidades que surgem no contexto escolar, deste modo, o mesmo se dá através de um processo de ação-reflexão-ação.
- ✓ A segunda etapa é o acompanhamento – trabalho que se desenvolve durante todo o período letivo. O acompanhamento propicia a garantia da continuidade das atividades escolares, em que o supervisor observa o desempenho dos professores, sugerindo, orientando e coordenando os trabalhos dos mesmos. Portanto, o acompanhamento faz com que os planejamentos sejam executados com eficiência.
- ✓ A terceira etapa é o controle – que atua sobre os resultados e está relacionado com a avaliação; o mesmo fornece dados que agirão sobre os próximos planejamentos (Silva & Araújo, 2016, p. 130-131 apud Nérici, 1986).

Nesse sentido, faz-se necessário que a supervisão tenha consciência da importância do planejamento, do acompanhamento e do controle no desenvolvimento das suas ações. Essas etapas tornará o trabalho mais efetivo, além de promover mudanças significativas nas práticas pedagógicas.

Ainda segundo o pensamento das autoras, a supervisão necessita ter liderança, comunicação e uma visão compartilhada, levando o envolvimento da comunidade para alcançar os objetivos pretendidos pela coletividade. “A visão compartilhada promove a inspiração de ações” (Silva & Araújo, 2016, p. 131).

Por isso, a supervisão deve promover momentos de reflexão para avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas, buscar soluções para o enfrentamento de problemas encontrados, (re)planejar as ações e o Projeto Político Pedagógico com a coletividade, sendo participante de uma gestão escolar democrática. É fundamental também que sejam promovidas capacitações para qualificar os docentes, incentivá-los a fazer cursos de aprimoramento e extensão, visando o conhecimento de teorias sólidas que embasem uma prática eficiente e eficaz, bem como um ensino-aprendizagem produtivo e de qualidade.

3.2 Uma reflexão sobre a proposta de ensino híbrido da rede estadual de ensino do Estado do Tocantins

Para o enfrentamento da covid-19, o Governo Federal publicou em 1º de abril de 2020, a Medida Provisória nº 934, que “estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública”, no país (Brasil, 2020b). No Estado do Tocantins, o governo, em 16 de março de 2020, suspendeu as atividades educacionais presenciais da Rede Estadual de Ensino, por meio do Decreto nº 6.071, de 18 de março de 2020, como medida de enfrentamento do contágio e disseminação da doença entre estudantes, servidores e comunidade (Tocantins, 2020).

Nesse contexto, as aulas de 2020 foram acontecendo conforme legislação vigente. Com a disseminação da doença, o Governo do Estado, publicou o Decreto nº 6.211, de 29 de janeiro de 2021 que autoriza a retomada gradativa das atividades educacionais presenciais, a partir de 8 de fevereiro de 2021, para toda a Educação Básica e Superior, ofertadas pelas redes públicas ou particulares (Tocantins, 2021b). Com isso, a Seduc publicou a Portaria nº 185, de 29 de janeiro de 2021, que apresenta as regras gerais para a elaboração dos planos de retorno das atividades educacionais presenciais.

Desse modo, a equipe técnica da Seduc elaborou o Plano de Retomada das Atividades Escolares Presenciais ou Híbridas, o qual apresenta:

[...] um conjunto de práticas pedagógicas, de gestão e promoção da saúde, que vão nortear as escolas públicas estaduais na condução deste processo de implementação gradativa de aulas presenciais. Nosso propósito é que seja um instrumento de apoio e contribua efetivamente para que todas as escolas da rede construam os seus planos de retorno de forma sistematizada e efetiva, garantindo uma educação que seja aliada à segurança de toda a comunidade escolar (Tocantins, 2021a, p.7).

Para vencer os desafios impostos à escola, quanto ao ensino, aprendizagem, sanitização dos espaços, equipamentos de proteção individual, material didático impresso, uso das TICs, kit alimentação, motivação da equipe e permanência dos estudantes com sucesso, a referida proposta aponta respostas eficientes, com o objetivo de garantir, de forma não presencial, a continuidade das atividades educacionais, em 2020, e a retomada das atividades escolares presenciais – ensino híbrido, em 2021.

Diante desse contexto, foram investidos

R\$ 6,9 milhões em segurança sanitária e prevenção à Covid-19, sendo R\$ 3,8 milhões na sanitização das escolas e R\$ 3,1 milhões com equipamentos de proteção individual. A segurança alimentar dos estudantes foi assegurada por meio da aquisição de 315.200 mil kits de alimentos, perfazendo R\$ 42,6 milhões num total 4.4 mil toneladas (Tocantins, 2021a, p.8).

Com tantos investimentos em meio ao cenário pandêmico, a Seduc estabeleceu o retorno às atividades educacionais, de forma gradativa, na modalidade ensino remoto, com aulas não presenciais, iniciando em 29/06/2020, o atendimento de

20.207 estudantes da 3ª série do ensino médio; e no dia 10/02/2020, mais 43.743 estudantes das 1ª e 2ª série do ensino médio; e por seguinte no dia 10/09/2020 mais 82.494 estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Tocantins, 2021a).

Ademais, “a conclusão do ano letivo para os estudantes da 3ª série do ensino médio dentro do calendário civil de 2020; como também, a conclusão do ano letivo para todos os estudantes e garantia de que o ano letivo de 2021 transcorra independentemente de 2020” (Tocantins, 2021a, p. 10)

As ações implementadas pela Seduc para a proposta contemplam,

as intervenções realizadas no currículo, na carga horária, no calendário letivo; o replanejamento da avaliação e recuperação da aprendizagem; a delimitação de formações para os profissionais da educação; a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos para atender estudantes e professores e, principalmente, as ações de cuidado e proteção aos estudantes, famílias, servidores e comunidade foram pensadas com o objetivo de ofertar uma educação que atenda as expectativas e necessidades do presente e futuro (Tocantins, 2021a, p.11).

Observa-se o grande desafio para Seduc-escola-estudantes-famílias para finalizar o ano letivo 2020 e iniciar o ano letivo 2021. Por esse modo, foi estabelecido o ensino híbrido com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ferramentas que vêm norteando o trabalho pedagógico, através das plataformas digitais, com o intuito de abranger os espaços democráticos da escola, a formação continuada, bem como aulas online na modalidade Educação à Distância (EAD).

Conforme Silva *et al.* (2020, p.11), ensino híbrido é “abordagem que promove integração entre o ensino presencial e propostas on-line, valorizando as melhores formas de oferecer diferentes experiências de aprendizagem aos estudantes”.

3.3 A Supervisão Pedagógica frente à nova proposta

Para atender ao formato híbrido de ensino e aprendizagem, a Seduc propõe atividades pedagógicas baseadas nos formatos tradicionais, a exemplo, dos roteiros de estudos impressos, além do livro didático e/ou tecnologias digitais, mediado pelos docentes. Nesse sentido, a supervisão pedagógica tem grande relevância para planejar os conteúdos, de forma conjunta, com o corpo docente, na perspectiva de habilidades e competências essenciais, considerando-se as seguintes etapas:

Triagem de habilidades/competências/conteúdos a serem trabalhados de forma presencial e não presencial; definição das melhores estratégias de abordagem de conteúdos, nos espaços presenciais e não presenciais; definição/identificação dos papéis (de alunos e professores e equipe escolar) em cada estratégia; separação/triagem dos recursos didáticos, digitais e materiais pedagógicos apropriados (Tocantins, 2021a, p. 36-37).

Para essa finalidade, a Seduc desenvolveu estratégias para alcançar resultados positivos que promovessem o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, como também relacionada à gestão de pessoas e formação continuada.

Assim:

- ✓ Reestruturou sua website, instrumentalizando-o com ferramentas didático-pedagógicas, além de disponibilizar plataformas de aprendizagem on-line para estudantes e professores; produziu e disponibilizou videoaulas no canal do Youtube; apostilados organizados por áreas do conhecimento; material didático digital e impresso; guia de aprendizagem, roteiro de estudos, simulados; plantão tira-dúvidas; *lives*;
- ✓ Promoveu dois grandes Seminários voltados para a formação dos professores no contexto da Pandemia, sendo o primeiro denominado de: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À SALA DE AULA: currículo e avaliação em tempos de pandemia. O segundo PROFESSÃO PROFESSOR: papel essencial para mudar o mundo.
- ✓ Realizou o Seminário de implantação do Aprova Brasil – Tocantins, em parceria com a Editora Moderna, com o objetivo de articular estudantes, professores e gestores em prol do desenvolvimento da competência leitora e da competência matemática (Tocantins, 2021a, p. 9-10).

Observa-se no exposto, que a nova realidade foi desafiadora, para os atores da escola, principalmente, para a supervisão pedagógica no quesito assessoria e apoio aos docentes quanto ao uso das novas ferramentas, tendo em vista a “famosa” resistência por parte de alguns profissionais.

Posto isso, o novo formato de educar exige a constante busca a novas aprendizagens. Silva *et al.* (2020) apresentam em Educação Conectada o papel fundamental que a tecnologia desempenha frente ao processo de ensino disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a cultura digital como um de seus pilares para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Inclusive Oliveira, Holanda e Barroso (2020) mencionam que é preciso repensar sobre novas ações a serem implementadas nas escolas públicas para melhoria da qualidade da educação.

Daí a necessidade do uso das tecnologias, devidamente enfatizada na BNCC (Brasil, 2017), nas competências gerais, competências específicas, nos objetivos de aprendizagem, desenvolvimento e habilidades. Sugere aos docentes que a prática pedagógica possibilite a construção de uma educação contextualizada e significativa, que prepare o estudante para a cidadania e que este seja capaz de “usufruir da tecnologia de forma consciente, crítica e responsável, tanto no contexto de sala de aula quanto para a resolução de situações cotidianas” (Silva *et al.*, 2020, p. 6-7).

Entretanto, cabe ao estudante apropriar-se do processo de construção de seu conhecimento, conforme seu ritmo de aprendizagem, organizar seu tempo de estudo para a realização das atividades pedagógicas propostas, mantendo sempre que necessária à conexão à internet e à escola, através das redes sociais e/ou presencial, conforme o local onde reside.

Na referida Proposta, a Seduc abrange todas as dimensões da escola, porém o objetivo desse trabalho é refletir sobre a relevância da Gestão Pedagógica, no que se refere à atuação da supervisão. Essa dimensão inicia sugerindo que a unidade escolar trabalhe de forma coletiva, na elaboração de ações mediante o contexto pandêmico, que abranjam:

Planejamento do Projeto Político Pedagógico - PPP, Calendário Escolar, Organização Curricular, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação de Diferentes Competências, Ensino Híbrido, Conselho Classe Pedagógico, Rede de Proteção Social, Evasão Escolar, Associação de Apoio à Escola/CE; comunicação dos protocolos às famílias e responsáveis (Tocantins, 2021a, p. 66).

Conforme Amaral *et al.* (2020, p. 4), “a evasão escolar tem sido um dos principais problemas enfrentados pelas escolas. Muitas adversidades podem contribuir para que um aluno não consiga concluir os estudos, portanto, faz-se necessário a compreensão desses fatores para que se possa desenvolver meios para controlar e diminuir esse problema”.

Além disso, observa-se que a rotina diversificada do supervisor envolve ações diversificadas para a volta às aulas.

- ✓ Reunir com a equipe e definir protocolos sanitários e regras de segurança para volta às aulas;
- ✓ Planejar e elaborar as rotinas pedagógicas neste novo cenário;
- ✓ Reorganizar o currículo escolar às aprendizagens essenciais previstas para cada bimestre do ano letivo;
- ✓ Articular a equipe escolar e colegiado para implementar e planejar novas atividades/ações no Projeto Político Pedagógico com olhar focado no processo pedagógico, administrativo e financeiro;
- ✓ Estabelecer prioridades para o acolhimento aos professores e estudantes no retorno às aulas (Ensino híbrido);
- ✓ Orientar o planejamento docente avaliando a trajetória do estudante;
- ✓ Organizar a rotina escolar visando o sucesso do trabalho em equipe e os resultados de aprendizagem;
- ✓ Organizar a rotina escolar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos professores;
- ✓ Traçar estratégias para que os estudantes possam retornar às aulas com segurança deve ser a principal premissa da unidade de ensino;
- ✓ Ter atenção às atividades educacionais, redirecionando o alinhamento do trabalho pedagógico, monitorando o ensino e a aprendizagem, otimizando o trabalho do professor e a aprendizagem do estudante;
- ✓ Revisitar os planejamentos anteriores;
- ✓ Realizar o diagnóstico cognitivo e socioemocional;
- ✓ Ofertar um intervalo de 15 minutos para cada grupo/turma, seguindo o protocolo específico de saúde para o recreio e distribuição da alimentação escolar;
- ✓ Distribuir carga horária estabelecida pela Seduc contemplando a integralização e a conclusão das ofertas em questão;

- ✓ Implementar rotinas pedagógicas para acolhimento aos estudantes, com ações voltadas para o fortalecimento das competências socioemocionais;
- ✓ Realizar a busca ativa dos estudantes ausentes e suscetíveis à evasão, por meio das ações do Programa Evasão Nota Zero;
- ✓ Realizar busca ativa dos estudantes em adaptação ao ensino híbrido;
- ✓ Promover espaços de escuta segura a todos os segmentos da escola;
- ✓ Fortalecer a parceria família-escola;
- ✓ Realizar avaliação diagnóstica, com objetivo de identificar atuais níveis de aprendizagem dos alunos, intervindo para a recuperação da aprendizagem, quando necessário;
- ✓ Organizar intervenções pedagógicas de ensino e aprendizagem, de acordo com necessidades educativas observadas/avaliadas;
- ✓ Definir a organização do retorno dos professores e estudantes às atividades presenciais a partir do levantamento dos professores (e a disciplina) e estudantes que fazem parte do grupo de riscos, com objetivo de organizar horários de aulas e estratégias pedagógicas;
- ✓ Consultar as famílias quanto ao consentimento para retorno dos estudantes às aulas presenciais;
- ✓ Reorganizar as atividades físicas atentando para o distanciamento mínimo permitido, com preferência às atividades ou práticas esportivas individuais (Tocantins, 2021a, p. 66-68).

Desse modo, a gestão pedagógica inclui estratégias que atendem ao contexto quanto à sanitização, acolhimento socioemocional, educacional e pedagógico.

4. Considerações Finais

Pode-se concluir que é relevante a ação da supervisão pedagógica no contexto escolar, enquanto agente facilitador do desenvolvimento das ações pedagógicas. Sua atuação requer criatividade, atitude de liderança, inovação, comunicação, e além do mais, visão compartilhada de forma a envolver a todos de modo participativo na tomada de decisões.

A Supervisão Pedagógica deve priorizar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, que objetiva o sucesso acadêmico dos estudantes. Como também, estimular o compromisso, a responsabilidade e criatividade docente, além de reconhecer, valorizar e coordenar as práticas pedagógicas, possibilitando condições de qualificação e formação, tudo isso será alinhado à eficiência dos resultados qualitativos para o ensino-aprendizagem.

Mesmo diante da pandemia, as escolas têm vencido os desafios da crise sanitária, “abriram suas portas” para o ensino remoto, híbrido, conectando suas práticas via plataformas, dando lugar ao “novo”, e vivenciando de fato, a participação das famílias nessa nova conjuntura de ensino e aprendizagem. O que já se sabe, que neste momento, a supervisão escolar experimentou um novo desenho em sua atuação: supervisionar em modo à distância, ou um distanciamento que aproxima.

Portanto, após os resultados adquiridos nesta pesquisa, tem-se o intuito de subsidiar trabalhos futuros com temáticas que estimulem estudos sobre as dificuldades enfrentadas no ensino durante a pandemia, bem como os desdobramentos dos profissionais para as superarem.

Referências

- Amaral, A. B., Mendes, V. de S., Araújo, H. R. M. P. de., Sousa, P. H. do N., Pereira, V. de S., Araújo, L. P. de & Santos, W. (2020). Combate à evasão escolar por meio da gestão de processos: um estudo de caso no IFPI Parnaíba. *Research, Society and Development*, 9 (11), e7789118670. 10.33448/rsd-v9i11.8670.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Planalto Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (1996). Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm
- Brasil. (2017). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. MEC. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf.

- Brasil. (2020a). Ministério da Saúde. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*. <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>.
- Brasil. (2020b). Ministério da Saúde. Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020. *Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>.
- Fontana, F. (2018). Técnicas de Pesquisa. In T. Mazucato (Org.), *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico* (pp. 59-80). Ed. Funepe.
- Lima, M. A. P. de, Santos, D. G. dos & Silva, T. A. (2012). *O Coordenador Pedagógico e a Construção de sua Identidade: Desafios e Realidades*. https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/IV_EPEPE/t5/C5-182.pdf.
- Luz, A. A. N. & Mello, L. S. (2011). *A identidade do Supervisor Pedagógico: um processo em construção*. <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0066.pdf>.
- Mazucato, T. (2018). A elaboração do pré-projeto. In T. Mazucato (Org.), *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico* (pp. 40-46). 1ª ed. Ed. Funepe.
- Origem da palavra. (2021). Site de etimologia. Etimologia o que é isso? <https://origemdapalavra.com.br/?s=supervis%C3%A3o>.
- Oliveira, M. E. P. A., Holanda, F. H. de O. & Barroso, M. C. de S. (2020). Ensino de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental: a aprendizagem dos alunos e a prática dos professores. *Research, Society and Development*, 9 (6), e163963644, 10.33448/rsd-v9i6.3644.
- Pacco, V. M. N. de S., Almeida, L. R. de & Souza, V. L. T. de. (2011). *O coordenador pedagógico (CP) e a formação de professores: intenções, tensões e contradições*. Estudos e Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita. [http://www.uece.br/sate/dmdocuments/GPED%20-%20Coordenador%20pedagogico%20\[ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O\].pdf](http://www.uece.br/sate/dmdocuments/GPED%20-%20Coordenador%20pedagogico%20[ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O].pdf).
- Rodrigues, C. C. dos S. (2018). *O desafio atual da supervisão escolar na formação continuada de professores*. <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/ed4/7.pdf>.
- Seduc. (2021). Portaria nº 185, de 29 de janeiro de 2021. *Dispõe sobre Regras Gerais para Elaboração dos Planos de Retorno das Atividades Educacionais Presenciais em instituições públicas e privadas de ensino no Tocantins*. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=408765>.
- Silva, M. L. A. da et al. (2020). Educação Conectada: Conexões e Incertezas na Execução do Projeto TO LIGADO. *Anais do CIET (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias)*. *EnPED: (Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)*, São Carlos. <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1651>.
- Silva, Terezinha S. da, Araújo, E. N. de. (2016). *Um Breve Olhar para a Supervisão pedagógica: O Supervisor na Contemporaneidade*. Org. Soc., Iturama (MG), 5(4), 127-136.
- Tocantins. (2020). Decreto nº 6.071 de 18 de março de 2020. *Rep. - Determina ação preventiva para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus)*. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390966>.
- Tocantins. (2021a). *Plano de retomada das atividades escolares presenciais-ensino híbrido*. <https://seduc.to.gov.br/gestao/plano-de-retomada-das-atividades-escolares-presenciais--ensino-hibrido/>.
- Tocantins. (2021b). Decreto nº 6.211, de 29 de janeiro de 2021. *Dispõe sobre as atividades educacionais e a jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências*. <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6211>.